

> ROTEIRO

JUSTIÇA SOCIAL

E EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
E CIDADANIA GLOBAL

ÍNDICE

Introdução.	5
As Metodologias em EDCG - a forma também é conteúdo	7
Justiça Social e Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global .	11
Para aprofundar...	14
Glossário	15
Propostas pedagógicas e metodológicas	
Um olhar sobre o mundo: contexto local, um olhar global	18
Luta pelo Poder	20
Desigualdades e privilégios	24
As Interdependências Globais - do que falamos?	27
Tribunal das Opiniões	29
Os Seis Erres.	31
Artivismo	33
Anexos.	35

INTRODUÇÃO

O **Roteiro de Justiça Social** que aqui apresentamos integra-se numa série de outros roteiros pedagógicos, com temáticas variáveis, concebidas no âmbito do projeto **“Escola InterGlobal - uma escola para o mundo e um mundo inteiro na escola”**, promovido pela **Fundação Gonçalo da Silveira**, em parceria com a **Rosto Solidário**, e com o apoio da Oficina Escola Profissional do INA, do Agrupamento de Escolas de Arrifana, do Agrupamento de Escolas Fernando Pessoa, da Escola Superior de Educação do Porto, da Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa de Braga e da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. É um projeto co-financiado pelo Camões Instituto da Cooperação e da Língua.

No âmbito deste projeto, foram identificados, compilados, analisados, adaptados e traduzidos alguns recursos pedagógicos já existentes em contexto europeu e ibero americano, nomeadamente em Castelhana e em Inglês, que serviram de base e inspiração à co-construção de novos recursos didático-pedagógicos, enquadrados neste projeto, dando origem a uma **coleção de seis recursos com distintas temáticas** - Interculturalidade, Consumo Responsável, Igualdade de Oportunidades, Sustentabilidade Ambiental e Justiça Social. Cada um destes recursos foca-se numa destas temáticas, tendo por referência as **Interdependências Globais**, e apresenta propostas pedagógicas e metodológicas para crianças e jovens com idades compreendidas entre os seis e os dezoito anos. Pode ser trabalhado em **contextos de educação formal e não formal**, por docentes, educadoras/es, mediadoras/es e/ou demais agentes educativos.

Esta coleção de recursos pretende colmatar algumas necessidades anteriormente identificadas por diferentes agentes educativos que se prendem, por um lado, com a escassez de recursos pedagógicos desta natureza, em Português, e adaptados ao sistema educativo e aos *currícula* portugueses. Por outro lado, à necessidade de integrar a Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global (EDCG) no sistema educativo português, articulando-a com a componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento (C&D). É neste contexto que surge o projeto Escola InterGlobal e a criação destes recursos, no sentido de dar resposta às necessidades sentidas por diversos agentes educativos.

Desde o início da conceção deste projeto, assumiu-se uma forte componente colaborativa entre Organizações da Sociedade Civil (OSC), Escolas e Instituições de Ensino Superior (IES), constituindo-se a base de todo o trabalho de produção, adaptação e testagem dos recursos. Surgiram, assim, as **Comunidades de Prática** (CP), grupos de trabalho colaborativo, cujos membros são continuamente seres aprendentes, e que, numa lógica de ação-investigação-ação, assumiram-se como atores essenciais de processos inovadores e o motor para a co-construção destes recursos. Estas CP reúnem docentes, técnicas/os de OSC e investigadoras/es de IES de diferentes instituições: Fundação Gonçalo da Silveira, Rosto Solidário, Oficina - Escola Profissional do INA, Agrupamento de Escolas de Arrifana, Agrupamento de Escolas Fernando Pessoa, Escola Superior de Educação do Porto, Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa de Braga e Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Cada um dos seis recursos desta coleção foi concebido a partir do trabalho das CP de cada território, após o levantamento prévio de temáticas e problemáticas realizado com as crianças e jovens participantes, através de **Oficinas Participativas** que tiveram por base os **círculos de aprendizagem freirianos**. Para a concepção dos recursos, também foram tidas em consideração as discussões e as opções tomadas acerca de temas relevantes, necessidades contextuais e territoriais, metodologias e possibilidades de articulação com distintos *currícula*, bem como com a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) e a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC).

Este recurso em particular - o *Roteiro de Justiça Social* - foi concebido tendo por base os recursos pedagógicos *Un Mundo Sostenible* e *Explorando la Dimensión Humana y Global de la Realidad*, ambos da ONG Jesuíta *Entreculturas*, bem como *Critical Literacy in Global Citizenship Education*, do Centre for the Study of Social and Global Justice e *Los cuidados de la vida en el centro*, da ONG Jesuíta *Alboan*.

O QUE PODERÁ ENCONTRAR NESTE RECURSO?

O presente recurso reúne um conjunto de sete grandes propostas pedagógicas e metodológicas para abordar a temática da Justiça Social com jovens do Ensino Secundário, com o objetivo de desenvolver conhecimentos, valores, atitudes e competências sociais e cidadãs necessárias para compreender criticamente as desigualdades e injustiças presentes na sociedade, promover o respeito pelos direitos humanos e incentivar uma participação ativa, responsável e transformadora na construção de comunidades mais justas, inclusivas e solidárias.

As propostas aqui apresentadas, em formato de roteiro, são adaptáveis e têm diferentes graus de complexidade. Cabe a quem dinamiza fazer as opções que melhor se adequem ao grupo em questão, às suas necessidades, bem como aos objetivos e contextos de aprendizagem.

Para além das propostas pedagógicas propriamente ditas, o recurso integra, ainda, um breve **enquadramento teórico** sobre o tema, bem como propostas de **leituras de aprofundamento** e de preparação das sessões destinadas às e aos docentes e educadoras/es dinamizadoras/es, através da bibliografia disponibilizada. Além disso, contempla, também, um **glossário** com conceitos-chave indispensáveis à boa compreensão e discussão do tema e que podem auxiliar agentes educativos e jovens.

Existe, ainda, uma **lista de materiais** e/ou recursos necessários à dinamização de cada atividade, bem como uma estimativa do tempo previsto.

Através das atividades reunidas neste material, convidamos os grupos a refletir sobre os desafios da justiça social e sobre a importância de promover relações baseadas na igualdade, na equidade, na dignidade e no respeito pelos direitos de todas as pessoas. Num mundo cada vez mais global e marcado pela diversidade, torna-se essencial reconhecer as desigualdades existentes e agir para construir comunidades mais inclusivas, solidárias e equitativas. Aprenderemos que a promoção da justiça social depende do compromisso e responsabilidade coletivas na construção de uma sociedade mais justa para todas e todos.

AS METODOLOGIAS EM EDCG - A FORMA TAMBÉM É CONTEÚDO

As propostas educativas apresentadas neste recurso baseiam-se numa visão da educação que reconhece a crescente necessidade de crianças e jovens acederem a processos de aprendizagem individuais e coletivos, capazes de estimular a reflexão crítica, a ação, o diálogo e a empatia. Num mundo cada vez mais polarizado e marcado por crises sociais, políticas e ambientais, consideramos fundamental integrar a Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global (EDCG) nos processos educativos, contribuindo para a construção de um mundo mais justo, sustentável e assente na dignidade humana e na justiça social para todas as pessoas.

Partindo de uma tomada de consciência sustentada numa leitura crítica da realidade, a EDCG estabelece relações entre temas concretos e as causas estruturais das desigualdades, onde quer que estas se manifestem. Neste sentido, a EDCG não se define por um conjunto específico de temas nem metodologias, mas antes por uma forma crítica e transformadora de compreender e analisar a realidade, onde forma também é conteúdo.

Neste sentido, as propostas pedagógicas apresentadas neste recurso assentam em metodologias ativas e participativas, amplamente utilizadas em processos de EDCG. Estas metodologias partem do princípio de que a aprendizagem e a vivência de uma cidadania global crítica e transformadora não se constroem através da simples memorização de conceitos, mas sim por meio de experiências significativas. Quando refletidas e enquadradas teoricamente, essas experiências tornam-se motores de desenvolvimento pessoal e coletivo, incentivando à participação, à ação e à transformação social.

Assim, para facilitar a compreensão das propostas pedagógicas incluídas neste recurso, apresentamos, de seguida, algumas metodologias alinhadas com os princípios e práticas da EDCG.

ASPETOS FUNDAMENTAIS PARA A DINAMIZAÇÃO DAS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS

Criação de um espaço seguro

A existência de um ambiente de confiança, tanto entre educadores/as como entre as/os próprias/os jovens participantes, é essencial para o sucesso das atividades. Sem este espaço seguro, a participação pode ser limitada e as partilhas condicionadas. É, por isso, importante promover dinâmicas de interconhecimento que favoreçam a confiança, o respeito e a abertura entre todas as pessoas.

Definição de regras básicas

A definição conjunta de regras básicas contribui para a criação de um ambiente respeitador e estruturado. Estas regras podem incluir, por exemplo, a escuta ativa, o respeito pelas diferentes opiniões e a liberdade de não partilhar. Quando construídas em conjunto, reforçam o compromisso de todas/os e facilitam a condução das atividades.

Preparação cuidadosa das atividades

Este recurso não apresenta soluções imediatas; pelo contrário, exige uma preparação prévia atenta e informada. Alguns dos temas abordados podem ser sensíveis e suscitar questões complexas. Uma preparação adequada permite antecipar dificuldades, evitar a propagação de desinformação e garantir uma abordagem responsável e consciente.

Adaptação das atividades

As atividades foram concebidas para estudantes do ensino secundário e testadas com este público. No entanto, devem ser sempre analisadas e adaptadas por quem facilita, tendo em conta o contexto específico, os objetivos pretendidos e as características do grupo.

Promoção e facilitação do debate

A capacidade de argumentar, debater e sustentar opiniões com base em factos é cada vez mais relevante. O debate constitui uma ferramenta fundamental de participação cidadã e deve ser promovido de forma estruturada. A pessoa facilitadora desempenha um papel central na sua dinamização, devendo incentivar a participação, garantir o respeito mútuo e intervir sempre que necessário para manter um ambiente construtivo e equilibrado.

Importância do *debriefing* e da avaliação

O *debriefing* é uma etapa essencial, pois permite às/aos participantes refletir sobre a experiência vivida e consolidar aprendizagens. Algumas questões orientadoras podem incluir: o que aprenderam? Como se sentiram? Que relações identificam entre a atividade e o tema trabalhado? A avaliação complementa este processo, promovendo uma reflexão mais estruturada sobre a atividade. Ao convidar as/os participantes a avaliarem a experiência, promove-se também o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia. Ao longo deste recurso são apresentadas diferentes estratégias de avaliação qualitativa.

Gestão de conflitos e *feedback*

Em contextos participativos, podem surgir divergências ou conflitos. Estes devem ser encarados como oportunidades de aprendizagem, sendo fundamental que quem facilita saiba geri-los de forma construtiva. Do mesmo modo, o *feedback* — claro, respeitador e orientado para o desenvolvimento — é essencial para apoiar o crescimento individual e coletivo das pessoas participantes.

METODOLOGIAS PROPOSTAS

Este recurso foi co-construído de forma a que as atividades nele presentes utilizassem metodologias ativas e participativas.

Trabalho em grupo

Esta metodologia está na base de muitas das propostas deste recurso e consiste na realização de tarefas em grupo. Ao trabalharem em conjunto, as pessoas combinam

diferentes capacidades e experiências, enriquecendo o processo. O trabalho em grupo promove a comunicação, a colaboração e o trabalho em equipa. Permite também conhecer melhor os/as outros/as e aprender ao longo do próprio processo.

Brainstorming

O *brainstorming*, ou chuva de ideias, é uma técnica que ajuda o grupo a gerar ideias sobre um determinado tema. Pode ser usada para introduzir assuntos, responder a perguntas ou promover a reflexão. Esta metodologia incentiva a participação e estimula a criatividade.

Role-play

O *role-play* é uma pequena encenação feita pelas/os participantes, geralmente com base em improvisação e orientações dadas. Pode partir de experiências pessoais ou convidar as/os participantes a colocarem-se no lugar de outras pessoas, promovendo a empatia. Para a realização desta atividade, é essencial garantir um espaço seguro e ter sensibilidade na abordagem dos temas, de forma a evitar situações de desconforto. Quem facilita deve ter atenção a estereótipos ou preconceitos que possam surgir, intervindo sempre que necessário para manter um ambiente respeitador.

Teatro Fórum

O Teatro Fórum ou Teatro do Oprimido é uma metodologia que incentiva a participação ativa do público na resolução de problemas. Parte de uma pequena encenação onde é apresentado um tema ou situação com a qual o grupo se identifica. Após identificar o problema, as pessoas participantes são convidadas a sugerir soluções e a entrar na cena para as representar. A atividade pode repetir-se várias vezes, permitindo explorar diferentes perspetivas e respostas para a mesma situação. Uma das suas variantes é o teatro-imagem, em que o problema é apresentado através de uma imagem estática (uma “escultura” humana). As/os participantes intervêm modificando essa imagem, procurando transformá-la e encontrar possíveis soluções.

Tribunal das opiniões

Também conhecida como dinâmica do “concordo/não concordo”, consiste em apresentar afirmações mediante as quais as/os participantes se posicionam, justificando a sua opinião. É uma ferramenta útil para promover o debate e desenvolver a capacidade de argumentação.

Um passo em frente

Esta dinâmica convida as pessoas participantes a colocarem-se no lugar de uma personagem. Cada pessoa recebe uma personagem e imagina como será a sua vida. As/os participantes posicionam-se em linha e, à medida que são lidas diferentes afirmações, decidem se dão um passo em frente ou se permanecem no mesmo lugar, de acordo com a realidade da sua personagem. No final, partilham as histórias das suas personagens. Esta atividade tem como principal objetivo refletir sobre desigualdades, podendo ser adaptada a diferentes temas.

Expressões artísticas variadas

As expressões artísticas podem ser utilizadas de várias formas e têm um papel importante nas atividades. Muitas vezes, permitem que as/os participantes se expressem e se envolvam de maneiras diferentes, sobretudo quando não o fariam em formatos mais tradicionais. Alguns exemplos incluem: desenhos, murais, poesia, música e dança, mas também quizzes, jogos variados, quebra-gelos, entrevistas, histórias de vida ou bibliotecas humanas.

Abordagem *Whole School*

Uma abordagem escolar integral, ou *Whole School Approach*, promove práticas democráticas e a construção da cidadania através do envolvimento ativo de toda a comunidade educativa — estudantes, docentes, pessoal não docente, famílias e comunidade local. Assenta em três eixos fundamentais: ensino e aprendizagem, governação e cultura escolar, e colaboração com a comunidade.

Esta abordagem defende que os valores da democracia, cidadania e direitos humanos devem ser vividos diariamente na escola, e não apenas ensinados como conteúdos curriculares. Assim, todos os aspetos da vida escolar — currículos, metodologias, liderança, relações interpessoais, atividades e ligação à comunidade — devem refletir esses princípios.

As **evidências** mostram que escolas que integram valores democráticos em todas as dimensões do seu funcionamento contribuem significativamente para o desenvolvimento de competências democráticas nas crianças e jovens. Desta forma, cria-se um ambiente seguro, participativo e colaborativo, onde a democracia e os direitos humanos são experienciados e partilhados no quotidiano escolar.

Ciclo de Aprendizagem Experiencial

A aprendizagem é um processo contínuo e dinâmico de interação entre a pessoa e o meio que a rodeia. No âmbito da EDCG, aprende-se não apenas através da memorização de conceitos, mas sobretudo pela vivência de experiências significativas, refletidas e transformadas em ação.

A **Teoria da Aprendizagem Experiencial** propõe um ciclo composto por quatro fases — experiência, reflexão, conceptualização e ação — pelas quais todas as pessoas passam, embora com diferentes estilos e ritmos de aprendizagem. Esta abordagem valoriza experiências de aprendizagem participativas e coloca no centro do processo educativo a experiência vivida.

Em vez de um modelo linear de transmissão de informação, promove uma aprendizagem em espiral, integrando dimensões éticas, políticas, colaborativas e pedagógicas orientadas para o Bem Comum e a Transformação Social. Mais do que uma metodologia, a EDCG é uma perspetiva educativa aplicável a qualquer temática, contexto ou nível de ensino.

JUSTIÇA SOCIAL E EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA GLOBAL

JUSTIÇA SOCIAL COMO HORIZONTE EDUCATIVO

A educação para a justiça social parte de um imperativo ético: aprender a “ler o mundo” para além da sua superfície. Inspirada na tradição da pedagogia crítica de Paulo Freire, esta leitura não se reduz à aquisição de competências técnicas, mas implica **descodificar as estruturas de poder que moldam as experiências individuais e coletivas**. Assim, a justiça social surge não como um conceito abstrato, mas como um princípio orientador para uma organização mais justa, ética e equitativa da sociedade, articulando desigualdades estruturais, direitos humanos, acesso equitativo a recursos e reconhecimento cultural.

Neste quadro, a educação não é neutra. Pode reproduzir desigualdades ou contribuir para a sua transformação. A chamada “educação bancária”, criticada por Freire, trata as/os estudantes como recipientes passivos de conteúdos; em contraste, uma educação dialógica promove a problematização da realidade e a construção coletiva do conhecimento. A articulação entre reflexão e ação — a *práxis* — é central: **compreender as injustiças implica também sentir-se responsável por agir sobre elas** (Carvalho & Peres, 2025).

Falar de justiça social em contexto escolar significa, portanto, criar condições para que as/os estudantes desenvolvam uma consciência crítica acerca das dimensões económicas, políticas, culturais e históricas das desigualdades, reconhecendo que fenómenos como pobreza, discriminação ou exclusão não resultam de escolhas individuais, mas de estruturas sociais e de poder persistentes e desiguais (IMVF, 2022).

Entre o “*soft*” e o “*critical*”

No campo da Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global (EDCG), Vanessa Andreotti (2014) distingue abordagens “*soft*” e “*critical*”. As primeiras tendem a enfatizar solidariedade, ajuda e boas intenções, frequentemente sem questionar as relações históricas de poder que produzem desigualdades globais. Já as abordagens críticas procuram analisar colonialismo, exploração económica e privilégios estruturais, promovendo uma cidadania mais informada, crítica, reflexiva e transformadora.

Esta distinção é fundamental para o trabalho educativo. Uma abordagem “*soft*” pode reforçar estereótipos — por exemplo, representando populações do Sul Global apenas como vítimas carentes de ajuda. Uma abordagem “*critical*” desafia essa narrativa, interrogando as interdependências globais, os legados coloniais e os modelos de desenvolvimento dominantes. Nesse sentido, **falar de justiça social implica questionar pressupostos naturalizados**, como a ideia de progresso linear ilimitado ou a crença de que a pobreza é apenas ausência de recursos, ignorando os seus determinantes históricos e estruturais (Andreotti, 2014).

A educação crítica exige também “temporalidades lentas”: a capacidade de suspender respostas imediatas, escutar perspectivas divergentes e habitar o desconforto ético. Trabalhar dilemas morais — como o clássico dilema do comboio desgobernado — ou exemplos como a “flauta” de Amartya Sen (sobre mérito, utilidade e necessidade) pode ajudar estudantes, docentes e outras pessoas educadoras a compreender que **diferentes teorias de justiça conduzem a soluções distintas, revelando a complexidade do debate ético.**

DIREITOS, RECONHECIMENTO E INTERSECCIONALIDADE

A justiça social exige mais do que redistribuição económica. Implica também reconhecimento cultural e representação política. A partir de Nancy Fraser, podemos compreender a justiça social como uma exigência tridimensional: redistribuição (dimensão económica), reconhecimento (dimensão cultural) e representação (dimensão política).

Estas dimensões visam garantir a “paridade de participação”, isto é, condições efetivas para que todas as pessoas possam participar como pares na vida social. A injustiça pode manifestar-se tanto na pobreza material como na desvalorização simbólica de identidades (género, raça, orientação sexual) ou na exclusão dos processos de decisão.

Autores como Manuela Mesa sublinham que **as desigualdades devem ser compreendidas como fenómenos estruturais e interseccionais**, atravessados por múltiplos marcadores sociais. A noção de interseccionalidade, proposta por Kimberlé Crenshaw, ajuda a analisar como diferentes formas de opressão — racismo, sexismo, classismo, capacitismo — se sobrepõem e produzem experiências específicas de exclusão.

Para docentes, pessoas educadoras e outros agentes educativos, esta perspetiva é particularmente relevante na desconstrução de estereótipos. **Trabalhar justiça social em contextos educativos implica questionar representações simplificadas e promover o reconhecimento das vozes historicamente marginalizadas**, criando espaços seguros de diálogo sobre direitos, dignidade e responsabilidade social.

JUSTIÇA SOCIAL COMO COMPROMISSO ÉTICO E POLÍTICO

A justiça social não é apenas um conteúdo curricular; é um compromisso ético e político. Óscar Jara defende que a educação deve promover uma consciência crítica orientada para a transformação das relações de poder, favorecendo práticas que questionem estruturas injustas e incentivem a ação coletiva.

Nesta linha, a neutralidade pedagógica pode funcionar como mecanismo de reprodução do *status quo*. **A ideia de que a escola é um espaço “neutro” ignora que os currículos, os manuais e as práticas pedagógicas refletem visões de mundo específicas, muitas vezes eurocêntricas.** Perspetivas decoloniais convidam a reconhecer a pluralidade de saberes e a transitar de uma lógica universalista para um “pluriverso”, onde diferentes ontologias e formas de dignidade possam coexistir.

O paradigma do Bem Viver (Sumak Kawsay), consagrado constitucionalmente no Equador em 2008, exemplifica esta abertura a outras matrizes civilizacionais, reconhecendo a natureza como sujeito de direitos. Autores indígenas como Ailton Krenak alertam para a necessidade de repensar a relação entre Humanidade e Terra, superando o antropocentrismo que sustenta a crise ecológica.

AGENDA 2030, SUSTENTABILIDADE E CRÍTICA ESTRUTURAL

A Organização das Nações Unidas propôs a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como quadro global para erradicar a pobreza, reduzir desigualdades e proteger o planeta. Contudo, como argumenta Stephen McCloskey (2020), **sem enfrentar criticamente o neoliberalismo e a concentração de riqueza, os ODS podem tornar-se instrumentos limitados, incapazes de alterar as estruturas que produzem injustiça.**

No contexto educativo, isto implica utilizar os ODS não como metas incontestáveis, mas como ponto de partida para uma análise mais crítica da realidade: Que interesses estão em jogo? Que contradições persistem? Quem ganha e quem perde com determinados modelos de desenvolvimento?

A articulação com o paradigma das “*capabilities*”, de Sen, reforça esta leitura: **justiça social implica criar condições para que todas as pessoas desenvolvam as suas capacidades e participem plenamente na vida social, o que exige políticas públicas robustas, instituições inclusivas e uma cultura democrática ativa.**

PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS PARA A PRÁTICA EDUCATIVA

Para que a justiça social se traduza em **prática pedagógica transformadora**, é necessário adotar princípios metodológicos coerentes:

- Educação dialógica e escuta ativa: promover o diálogo horizontal, valorizando experiências diversas e cultivando a capacidade de argumentação ética.
- Lente interseccional: analisar como diferentes formas de desigualdade se entrecruzam, evitando explicações simplistas.
- Problematização de enviesamentos: identificar preconceitos etnocêntricos, de género, de confirmação ou de autoridade que moldam percepções e decisões.
- Articulação ação–reflexão–ação: incentivar projetos que liguem aprendizagem teórica a iniciativas concretas de participação cívica.

A EDCG não procura impor respostas únicas, mas abrir espaços de reflexão rigorosa, onde ética e responsabilidade se encontrem. Em última análise, trabalhar a justiça social na escola é formar para a democracia substantiva: uma democracia que não se limita à igualdade formal, mas que procura garantir condições reais de dignidade, participação e reconhecimento para todas as pessoas, independentemente das suas origens e condições de partida.

PARA APROFUNDAR...

À educadora ou ao educador, professora ou professor que se desafiará a dinamizar as propostas pedagógicas presentes neste roteiro, na sala de aula ou fora dela, aconselhamos as seguintes leituras - ou, pelo menos, algumas delas - para aprofundar os seus conhecimentos sobre a temática em questão e, assim, poder preparar-se da melhor forma possível.

Andreotti, V. O. (2014). Educação para a cidadania global – Soft versus critical. *Sinergias – Diálogos Educativos*, (1). https://sinergiased.org/wp-content/uploads/2014/11/04vanessa_andreotti.pdf

Dicionário do Desenvolvimento. (2020). *Dicionário do Desenvolvimento*. Recuperado em 24 de fevereiro de 2026, de <https://ddesenvolvimento.com/>

Entreculturas. (2024). *Un mundo sostenible*. <https://www.entreculturas.org/wp-content/uploads/2024/02/Un-mundo-sostenible.pdf>

Fraser, N. (2002). *A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, 7–20. <https://doi.org/10.4000/rccs.1250>

Fundação Cidade de Lisboa, Instituto Marquês de Valle Flôr, & Associação Renovar a Mouraria. (2025; revisado em dezembro de 2024). Justiça social [Ficha do Dicionário do Desenvolvimento – Tod@s contam para a cidadania global]. *Dicionário do Desenvolvimento*. https://ddesenvolvimento.com/wp-content/uploads/2025/02/DD_justic%E2%95%A0%C2%BAa_social_alterado.pdf

Jara, O. (2020). Dilemas y desafíos de una educación para la transformación. *Sinergias – Diálogos Educativos*, (10). https://sinergiased.org/wp-content/uploads/2020/08/Dilemas_y_Desafios_de_una_Educacion_para_la_Transformacion.pdf

McCloskey, S. (2020). The sustainable development goals are toothless in the face of neoliberalism. *Sinergias – Diálogos Educativos*, (10). https://sinergiased.org/wp-content/uploads/2020/08/The_Sustainable_Development_Goals_are_toothless_in_the_face_of_Neoliberalism.pdf

Mesquita Corrêa, A., Wolpato Loureiro, C., Machado Cruz, M., & Zanini Moretti, C. (2022). Paulo Freire e Catherine Walsh: Afinidades teórico-práticas nas pedagogias de(s)coloniais. *Sinergias – Diálogos Educativos*, (14). <https://sinergiased.org/paulo-freire-e-catherine-walsh-afinidades-teorico-praticas-nas-pedagogias-descoloniais/>

Projeto ED-Comunicar. (2022). *A urgência de ler o mundo: Justiça social*. Projeto ED-Comunicar. <https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2023/03/estudo-justica-social-projeto-ed-comunicarpdf.pdf>

GLOSSÁRIO

Apartheid

Sistema político e social de segregação racial institucionalizada, usado notoriamente na África do Sul, no passado, e presentemente na Palestina. O termo também descreve práticas contemporâneas de separação e discriminação baseadas em raça, classe ou origem.

Por exemplo, falar em “apartheid ambiental” é denunciar como comunidades racializadas vivem mais expostas à poluição e a riscos ambientais provocados, por exemplo, pela mineração.

Comércio Justo

O Comércio Justo é uma forma de comércio que procura garantir condições de trabalho dignas, salários justos e respeito pelo ambiente em todas as etapas da produção. Defende relações comerciais mais equilibradas entre produtores, empresas e consumidores, combatendo situações de exploração e desigualdade no comércio mundial.

Por exemplo, quando produtores de café recebem um preço justo pelo seu trabalho e trabalham em condições seguras, o Comércio Justo contribui para melhorar a sua qualidade de vida e o desenvolvimento das suas comunidades.

Desigualdades sociais

São diferenças estruturais nas condições de vida, oportunidades e acesso a direitos entre grupos sociais, geradas por fatores como classe, género, raça, etnia, território ou deficiência. Estas desigualdades não são “naturais”, mas resultado de sistemas históricos de opressão e privilégios.

Por exemplo, a diferença salarial entre homens e mulheres ou o acesso desigual à educação entre zonas urbanas e rurais, revelam padrões sistémicos de desigualdade social.

Distribuição de riqueza

Refere-se à forma como os recursos económicos e materiais (como rendimentos, propriedades e capital) se repartem entre pessoas e grupos numa sociedade. Uma distribuição desigual é sinal de concentração de poder e perpetuação de injustiças estruturais. Uma educação crítica discute quem produz a riqueza, quem se apropria dela e por que mecanismos isso ocorre.

Por exemplo, quando 1% da população mundial possui mais riqueza do que os restantes 99%, há uma concentração que mostra a injustiça na distribuição do valor socialmente produzido.

Estruturas de poder

Conjunto de instituições, normas, práticas e discursos que organizam a sociedade e distribuem recursos, oportunidades e reconhecimento de forma desigual.

As estruturas de poder operam a vários níveis (económico, político, cultural, racial, de género, etc) e influenciam quem tem acesso a direitos, segurança e representa-

ção. Muitas vezes são invisíveis para quem beneficia delas. Uma educação crítica procura tornar essas estruturas visíveis, questionando como produzem desigualdades e como podem ser transformadas.

Por exemplo, numa cidade, bairros habitados majoritariamente por populações racializadas têm menos investimento público, menos transportes e escolas com menos recursos. Não se trata apenas de decisões individuais, mas de estruturas de poder que distribuem recursos de forma desigual e sistemática.

Glocal

Termo que combina “global” e “local”, sublinhando como fenômenos globais têm impactos específicos a nível local — e como as ações locais podem influenciar o mundo. Pensar glocalmente é compreender que as nossas decisões, consumos e práticas têm implicações planetárias.

Por exemplo, optar por produtos de comércio justo é uma ação local com impacto global na valorização do trabalho digno.

Interdependências Globais

Reconhecem que todas as pessoas, comunidades e ecossistemas do planeta estão ligados por redes económicas, culturais, políticas e ecológicas. Estas interdependências podem ser usadas para solidariedade e justiça, mas também para exploração e dependência desigual.

Por exemplo, a produção de tecnologia digital depende da extração de minerais em países africanos e do trabalho em fábricas asiáticas — realidades que revelam relações de poder globais.

Interseccionalidade

Conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw que analisa como diferentes formas de opressão (como racismo, sexismo, classismo, xenofobia) se cruzam e afetam as pessoas de forma simultânea.

A interseccionalidade mostra que as desigualdades não atuam isoladamente. Por exemplo, a experiência de uma mulher migrante racializada não pode ser compreendida apenas através da categoria “género” ou “raça”, mas pela interação entre várias dimensões de poder. Esta perspetiva ajuda a evitar simplificações e a promover análises mais justas e completas.

Por exemplo, uma jovem migrante pode enfrentar discriminação por ser mulher, por ser racializada e por ter uma condição socioeconómica vulnerável. A sua experiência não pode ser explicada apenas por um único fator. As opressões cruzam-se e reforçam-se mutuamente.

Justiça Social

Princípio que defende a redistribuição equitativa de riqueza, poder e oportunidades, visando eliminar opressões ligadas a género, raça, classe, sexualidade ou deficiência.

Por exemplo, aplicar a justiça social implica questionar como o patriarcado e o capitalismo produzem desigualdades e agir coletivamente para transformá-las.

Pobreza

Condição produzida por sistemas económicos e sociais que concentram riqueza e poder em poucas mãos, negando a muitas pessoas o acesso digno a recursos básicos e oportunidades como saúde, educação, habitação, segurança alimentar, etc... O sistema capitalista neoliberal exacerba situações de pobreza e injustiça social.

Por exemplo, a pobreza nas periferias urbanas é resultado de políticas que favorecem grandes empresas e negligenciam habitação, transporte e educação pública.

Privilégio

Conjunto de vantagens sociais não conquistadas individualmente, mas atribuídas a pessoas ou grupos com base na sua posição social (por exemplo, raça, classe, género, nacionalidade).

O privilégio é muitas vezes invisível para quem o possui, porque é percebido como “normal”. Reconhecer o privilégio não significa sentir culpa individual, mas compreender como as estruturas sociais distribuem oportunidades de forma desigual. Essa consciência é um passo essencial para a transformação social.

Por exemplo, dois jovens cometem a mesma infração escolar, mas apenas um é visto como “problemático”, enquanto o outro é descrito como alguém que “teve um mau dia”. O privilégio pode influenciar a forma como comportamentos são interpretados e sancionados, mesmo sem intenção consciente.

UM OLHAR SOBRE O MUNDO: CONTEXTO LOCAL, UM OLHAR GLOBAL



TEMPO ESTIMADO

As Partes I e II desta atividade têm um tempo estimado de 60 minutos cada.



OBJETIVOS

- Reconhecer os problemas que ocorrem nos seus ambientes locais: no bairro, na cidade, no concelho, no país.
- Promover atividades e espaços de debate sobre as origens desses problemas.
- Promover a reflexão sobre como os problemas locais afetam o mundo e vice-versa.
- Incentivar o pensamento crítico e a consciência sobre a importância de abordar os problemas de forma colaborativa a nível local.



MATERIAIS

- Anexo I - Mapas locais e globais
- *Post-its* de diferentes cores
- Fios de lã ou trapilho
- Mapa mundial de grande dimensões ou projetor (para projetar o mapa em grande)
- Folhas divididas em três colunas



DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE - PARTE I

Começamos com um trabalho em pequenos grupos, no qual vamos explorar quais os problemas que as e os jovens conhecem ou encontram nos seus ambientes mais próximos.

Dividem-se as e os jovens em pequenos grupos e cada grupo recebe mapas locais (de Portugal e/ou do distrito) e globais (da Europa e do mundo) (Anexo I).

De seguida, pede-se que identifiquem, pelo menos, três problemas locais que afetam a sua comunidade. Esses problemas são marcados no mapa local com *post-its* (para isso, podem pensar primeiro no bairro, depois na cidade ou vila e, por último, no distrito ou no país). Se não conseguirem identificar nenhum problema, dá-se algum tempo para que pesquisem notícias em jornais e/ou outros meios de comunicação locais.

Depois, os grupos são convidados a encontrar problemas globais relacionados com aqueles identificados a nível local e a marcá-los no mapa mundial com *post-its* de outra cor.

Após a identificação dos problemas, pedimos a cada grupo que explique a conexão entre os problemas locais e os problemas globais que identificaram. Criamos um «Mapa de Conexões» e convidamos os grupos a unir com fios de lã ou trapilho os problemas locais e globais que estão conectados. Se possível, pode-se utilizar um projetor ou um mapa mundial de maiores dimensões no qual as e os estudantes podem marcar, visualmente, as conexões entre os problemas locais e globais.

Facilitamos uma discussão em grupo sobre as conexões que foram feitas e como os problemas identificados podem afetar-se mutuamente. Para tal, podemos ir lançando ao grupo as seguintes questões:

Sugerimos que os mapas possam ser impressos num formato grande, para facilitar a atividade seguinte. Podem, ainda, ser utilizados outros mapas locais mais pormenorizados (do concelho, da cidade, freguesia ou do bairro).

- Que conexões encontraram entre os problemas locais e globais?
- Como é que acham que os problemas locais podem ter um impacto no mundo?
- De que maneira os problemas globais podem afetar a tua/nossa comunidade?



AVALIAÇÃO

O grupo deverá estar disposto em círculo. Entrega-se a cada participante 1 cartão de cada cor. Vão-se colocando questões de avaliação da atividade e pede-se às e aos participantes que levantem o cartão que se adequa à sua opinião sobre a questão colocada, sendo que o verde significa uma opinião positiva, o laranja significa uma opinião neutra ou de satisfação média e o vermelho significa uma opinião negativa.

Contam-se os cartões e registam-se as respostas. Pode-se pedir a algumas pessoas que justifiquem por que levantaram aquele cartão.



DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE - PARTE II

Iniciamos a segunda parte desta atividade reunindo os problemas e as preocupações identificadas na sessão anterior. Tenta-se identificar cinco ou seis grandes desafios que preocupam as pessoas que habitam o planeta (por exemplo: paz, violência, democracia, problemas ambientais, migrações, saúde, género, pobreza, etc.).

Registam-se os desafios que o grupo identificou, num local visível. Em seguida, conversamos sobre o que sabemos, conhecemos e sentimos sobre esses problemas identificados. Para tal, são lançadas as seguintes perguntas ao grupo:

- O que nos preocupa no que acontece no mundo? Porquê?
- O que sabemos sobre essas preocupações?
- O que sentimos em relação a elas?

Distribui-se a cada estudante uma folha dividida em três colunas. Cada coluna corresponde a um número: 1 para trabalho individual, 2 para trabalho em dupla e 3 para trabalho em grupo. Dá-se cinco minutos para que cada estudante, individualmente, responda na coluna 1 (pode sugerir pelo menos 3 coisas). Passado esse tempo, damos mais cinco minutos. Desta vez, trabalharão em pares na coluna 2, partilhando as respostas. Por último, na coluna 3, trabalharão em grupo. Terão de chegar a um acordo para que, com todas as suas respostas, escrevam uma que unifique todo o trabalho realizado. Para este momento, damos 10 minutos.

Todos os grupos escrevem em *post-its* (uma ideia por *post-it*) as respostas unificadas e devem colocá-las num dos desafios que foram apresentados no início. Finalmente, uma pessoa de cada grupo cola o *post-its* e partilha o que preocupa o grupo.



AVALIAÇÃO

1. Rever rapidamente o que foi feito.
2. Pedir às e aos participantes para se sentarem formando um círculo.
3. Escolher uma das frases e pedir a cada participante que a termine. Não são permitidos nem comentários nem debate:
 - a. A parte mais interessante foi... e a mais aborrecida foi...
 - b. O que me custou mais foi... e o que gostei mais foi...
 - c. Aprendi... e quero saber mais sobre...

LUTA PELO PODER



TEMPO ESTIMADO

As Partes I e II desta atividade têm um tempo estimado de 60 minutos cada.



OBJETIVOS

- Desenvolver a compreensão sobre as injustiças que resultam da distribuição desigual da riqueza e do poder.
- Promover o respeito pela dignidade humana bem como a noção de justiça.



MATERIAIS

- 120 moedas (em cartão para se poderem reutilizar. Em alternativa, pode-se substituir por tampas de garrafas)
- 3 a 4 pares de meias
- 2 folhas grandes de papel
- Folhas A4
- Canetas e marcadores



DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE - PARTE I

Após a preparação do material, começa-se por colocar de lado 20 moedas. Depois, escolhem-se três pessoas para desempenharem o papel de migrantes. De seguida, faz-se uma tabela na parede (ou no quadro) para registar a riqueza das e dos participantes. Finalmente, prepara-se outra tabela chamada “Quadro de Honra de doadoras e doadores”.

Explica-se que esta atividade é uma simulação e que as pessoas participantes irão distribuir a riqueza e o poder do mundo entre si.

Parte 1: A luta (10 minutos)

Começa-se por explicar que o objetivo do jogo é ter o número máximo de moedas e que existe apenas uma regra: nenhum ou nenhuma participante pode tocar outro ou outra participante em qualquer momento do jogo (podem criar uma punição para quem infringir a regra, por exemplo, o pagamento de uma moeda).

De seguida, pede-se a todas as pessoas, exceto quem foi escolhido e escolhida para ser migrante, que se sentem no chão, em círculo (de maneira que tenham espaço suficiente para jogar).

Entregam-se, a 4 ou 5 pessoas apenas, as vinte moedas que se reservaram ao início. Depois, dá-se um par de meias a outras 4 pessoas, que as devem colocar nas mãos e mantê-las durante todo o jogo. As discussões ou as questões são adiadas para o *debriefing*.

Em seguida, espalhem 100 moedas de maneira equilibrada no meio do círculo. À palavra “partida!” as jogadoras e os jogadores devem apanhar tantas moedas quan-

to possível. Depois, pede-se às e aos participantes que digam ao resto do grupo quão ricos estão. Na tabela da riqueza, anota-se o nome de todas as pessoas participantes e o número de moedas que cada uma tem.

É importante lembrar o grupo que estas moedas representam a sua riqueza e o seu poder no mundo. O valor que possuem vai afetar a sua capacidade de satisfazer necessidades básicas (alimentação, alojamento, roupas, saúde, educação) e desejos (carros, computadores, brinquedos, televisões, férias e outros itens de luxo).

As implicações são as seguintes:

- 6 ou mais moedas – grupo “muita riqueza e poder” – as e os participantes conseguem responder às suas necessidades e à maioria dos seus desejos.
- Entre 3 a 5 moedas – grupo “alguma riqueza e poder” – as e os participantes conseguem responder às suas necessidades básicas.
- 2 moedas ou menos – grupo “pouca riqueza e poder” – as e os participantes terão dificuldade em sobreviver devido a doenças, má-nutrição, alojamento desapropriado e ausência de educação para ter acesso ao mercado laboral.

Parte 2: Doações (10 minutos)

Este é o momento em que, quem tem mais riqueza pode, se quiser, dar moedas às outras pessoas. No entanto, não é obrigatório que o façam. Mas quem partilhar moedas irá entrar no “Quadro de Honra de doadoras e doadores”. Caso alguém tenha dado moedas a outra pessoa, apontam-se os nomes de quem doou e a quantidade de moedas doadas, escrevendo-o no “Quadro de Honra de doadores e doadoras”. Se alguém mudou de categoria como resultado de dar ou de receber moedas, registam-se essas alterações na tabela com uma seta.

Parte 3: Criação de justiça económica - elaboração de um plano (30 minutos)

Dividem-se as pessoas participantes em três grupos de acordo com as moedas que têm (muita riqueza, alguma riqueza, pouca riqueza) e coloca-se um ou uma migrante em cada um destes três grupos. Apontam-se as reações destas pessoas quando são colocadas num ou noutro grupo, mas guarda-se o debate para a fase de *debriefing*.

De seguida, distribuem-se canetas e papel, dando a cada grupo a tarefa de criar um plano para a distribuição justa das moedas (a riqueza do mundo) de maneira a diminuir a diferença entre as várias categorias de riqueza e de poder. Todos os planos de ação devem: – explicar o que é preciso fazer (se é preciso fazer alguma coisa) – descrever o que o grupo decidiu fazer e porquê – mostrar se o plano é justo. Dá-se 10 minutos para que cada grupo crie os seus planos, explicando que não é preciso serem muito profundos no desenho do plano, sendo suficiente identificar as ações a fazer para abordar o problema da pobreza.



AVALIAÇÃO

Numa breve conversa, a pessoa dinamizadora coloca as seguintes questões ao grupo:

1. Como se sentiram nesta atividade?
2. O que aconteceu nesta atividade?



DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE - PARTE II

Parte 4: Criação de justiça económica - apresentação do plano (20 minutos)

Dá-se continuação à atividade começando por relembrar o que foi feito na sessão anterior. Os grupos anteriormente formados, voltam a juntar-se para, rapidamente, reverem o seu plano e nomearem uma ou um porta-voz que o apresentará e responderá a questões. Listam-se as propostas numa grande folha de papel.

Agora, haverá uma votação para decidir que plano a adotar. A distribuição dos votos será a seguinte:

- Cada participante no grupo “muita riqueza e poder” – cinco votos
- Cada participante no grupo “algum riqueza e poder” – dois votos
- Cada participante no grupo “pouca riqueza e poder” – meio voto

Registam-se os votos que cada plano recebeu na grande folha de papel, anunciando o plano vencedor a ser implementado. Leva-se a cabo o plano, redistribuindo a riqueza, se necessário.

Parte 5: *Debriefing* (30 minutos)

Nesta fase, debate-se sobre o que aconteceu, sobre o que as pessoas aprenderam e sobre a relação dessas aprendizagens com os Direitos Humanos. As seguintes questões, podem auxiliar o debate:

- Como se sentiram com a forma como as moedas foram ganhas e distribuídas? Acham que foi justo? Porquê?
- Quem decidiu dar moedas, porque acham que o fez?
- Para quem recebeu moedas na segunda fase: como se sentiram?
- Quem poderiam representar as pessoas com as meias nas mãos? Em que grupo ficaram?
- E sobre as pessoas migrantes no jogo: foram tratadas de forma justa? O que lhes aconteceu faz-vos lembrar situações reais no mundo? Que situações?
- Acham que o lugar onde uma pessoa nasce ou para onde vai viver é uma questão de sorte? Porquê?
- Os planos para distribuir riqueza foram todos iguais ou diferentes? O que influenciou essas diferenças?
- Os grupos com mais recursos fizeram propostas diferentes dos grupos com menos recursos? De que forma?
- Porque é que algumas pessoas tinham mais votos do que outras? Isto acontece também no mundo real? Conseguem dar exemplos?
- Quando há grandes diferenças de riqueza e poder, acham que os Direitos Humanos estão a ser respeitados? Que direitos podem estar em causa?
- Quem são, na prática, as pessoas “ricas” e “pobres” no nosso/voosso país ou comunidade?
- Quem tem mais dinheiro e poder deve preocupar-se com quem tem menos? Porquê?
- Dar dinheiro ou recursos resolve a pobreza? Ou há outras soluções? Quais?

- O que podem fazer as pessoas com menos recursos para melhorar a sua situação? Conhecem exemplos reais de pessoas ou movimentos que lutaram contra as desigualdades?
- Açam que a riqueza e o poder deviam ser mais bem distribuídos no mundo? Porquê?
- Se pudessem mudar alguma coisa, o que fariam para tornar a sociedade mais justa?
- Que valores ou princípios seriam importantes nessas mudanças (por exemplo: igualdade, justiça, solidariedade)?
- Açam que falar de Direitos Humanos pode ajudar a tornar o mundo mais justo? Como?



AVALIAÇÃO

1. Num papel grande, escrevem-se as seguintes frases: “Felicito...”, “Critico...” e “Proponho...”
2. Pede-se às e aos estudantes que avaliem a sessão, respondendo a cada uma das frases: “Felicito...” (algo que correu bem e/ou de que gostaram; algo que aprenderam; qualquer coisa positiva); “Critico...” (algo que poderia ter corrido melhor e/ou de que não gostaram tanto); e “Proponho...” (alguma sugestão, ideia nova, proposta de melhoria, etc...).

DESIGUALDADES E PRIVILÉGIOS



TEMPO ESTIMADO

As Partes I e II desta atividade têm um tempo estimado de 60 minutos cada.



OBJETIVOS

- Sensibilizar as e os jovens sobre a desigualdade de oportunidades.
- Desenvolver capacidades de imaginação e pensamento crítico.
- Fomentar a empatia para com pessoas e grupos em situações de maior vulnerabilidade.



MATERIAIS

- Cartões com a descrição dos papéis (Anexo II - um passo em frente)
- Anexo III - afirmações / situações
- Anexo IV - avaliação
- Anexo V - roda do privilégio
- Giz ou fio/trapilho



DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE I

Um passo em frente

Entregamos a cada pessoa um papel com uma breve história de vida (Anexo II). Explicamos que a deverão ler, em silêncio, e não a podem partilhar com ninguém. Terão de encarnar essa história de vida; agora, serão essas personagens que têm no papel. Têm que construir a sua personagem, imaginar a sua história passada, presente e futura. Para tal, pode ajudar pensar no seguinte: como foi a tua infância? Que tipo de casa tinhas? Onde vivias? O que é que a tua família fazia? Estudaste? Brincavas? Como é a tua vida atualmente? Onde estás? Como vives? O que fazes? Quanto dinheiro ganhas? Como é a tua rotina diária? O que fazes nos tempos livres? O que te motiva? De que tens medo? O que gostarias de fazer no futuro? Dão-se alguns minutos para cada pessoa construir a sua personagem.

Em seguida, a pessoa que está a dinamizar pede que o grupo se coloque em fila, lado a lado, formando uma linha reta.

Depois de todas as pessoas lerem a sua história, construírem a sua personagem e se colocarem em linha reta, terão que prestar atenção às afirmações, que serão lidas por quem está a dinamizar (Anexo III). Consoante a história que têm no papel e a personagem que construíram, cada pessoa responderá a essas afirmações positivamente (dando um passo em frente) ou negativamente (permanecendo no seu lugar). A dinâmica deverá ser feita inteiramente em silêncio.

Sugerimos que este exercício seja feito num espaço amplo, que permita que as pessoas se movam, de preferência no exterior. Se existir uma parede, pode pedir-se que as e os jovens se encostem à parede.

Terminadas as afirmações, as pessoas estarão, agora, em locais da sala muito diferentes. Umas bem mais à frente do que outras. Houve quem nem sequer tivesse saído do seu lugar. Pede-se, então, ao grupo que observe onde é que cada pessoa está, sem ninguém sair do seu lugar. Depois, cada pessoa lê/partilha a história que lhe calhou. Pedimos que as pessoas se sentem no chão, exatamente nos lugares onde estão.

Deixamos alguns minutos para que cada pessoa pense no que aconteceu no jogo. Em seguida, questionamos sobre o que se passou, deixando o grupo falar livremente. Para ajudar à reflexão, a pessoa que está a dinamizar, pode ir fazendo as seguintes perguntas:

- Porque é que as pessoas terminaram a dinâmica em locais tão diferentes?
- O que acham que acontece com as vossas necessidades básicas diante de uma situação como a da vossa história de vida?
- Alguém encontrou obstáculos e/ou dificuldades na sua história de vida? Se sim, quais?
- Houve alguém que não tivesse dificuldades? Porquê?
- Sentiram que os vossos direitos humanos básicos estavam em perigo?
- Estas desigualdades afetam de igual forma homens, mulheres, rapazes e raparigas?
- Estas desigualdades afetam de igual forma pessoas brancas e pessoas negras? E pessoas com e sem deficiência?

Conclui-se este exercício refletindo sobre as consequências das desigualdades sociais, chamando a atenção para o facto de essas desigualdades e injustiças, a nível mundial, afetarem, sobretudo, mulheres, meninas e raparigas, pessoas não brancas, pessoas migrantes, mais pobres, com algum tipo de deficiência física e/ou mental, pessoas LGBTQIA+, etc.

Caso o tempo disponível para esta sessão seja limitado, sugerimos que se façam menos afirmações do que aquelas disponibilizadas no Anexo III. É importante que haja tempo suficiente para a última parte de reflexão e partilha. Em alternativa, a reflexão e partilha podem ser feitas noutro momento, apesar de ser sempre melhor logo a seguir ao exercício. No caso de se optar por fazer noutra altura, é importante que a pessoa que está a dinamizar a atividade tire uma fotografia ao grupo para que se possa ter um registo de onde cada estudante terminou.



AVALIAÇÃO

Entrega-se a cada pessoa uma folha com a imagem de uma mochila e de uma caixa (Anexo IV). Pede-se que, na mochila, escrevam uma coisa de que gostaram na sessão e que querem levar consigo. Na caixa, deverão escrever uma coisa de que não gostaram na sessão e/ou uma sugestão que gostariam de deixar.



DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE II

A Roda do Privilégio

Inicia-se esta segunda parte da atividade recordando o que foi feito na sessão anterior e introduzindo os conceitos de poder e de privilégio.

- Recordam-se do exercício anterior? O que aconteceu?
- Porque é que havia pessoas que tinham ficado mais à frente do que outras?
- Todas essas pessoas tiveram as mesmas oportunidades? Porquê?
- O que acham que é o poder? E o privilégio?
- Acham que vocês são privilegiadas/os? Em que medida?

Em seguida, entregamos uma Roda do Privilégio a cada pessoa (Anexo IV) e pedimos que, individualmente, a preencham, pintando as várias partes da roda de acordo com a sua própria identidade e história de vida. Nesta parte, é importante que o grupo perceba a lógica da roda e como a devem pintar. Para tal, deve-se explicar que o poder/privilégio está concentrado no centro e que a marginalização acontece nas extremidades do círculo (quanto mais para fora, menos privilégios se tem e maior é o risco de marginalização).

Depois, cada pessoa partilha a sua roda com um/uma colega, a pares, explicando porque é que a pintou assim.

Após cada par partilhar a sua roda, regressamos ao plenário para uma reflexão conjunta. Para facilitar o diálogo, podem-se colocar as seguintes questões:

- Como se sentiram ao fazer este exercício?
- A vossa roda, depois de pintada, ficou igual ou diferente à do vosso par? Porquê?
- Agora que pintaram a vossa roda, mantêm as vossas opiniões iniciais quanto a serem ou não pessoas privilegiadas? Porquê?
- Conseguem explicar, novamente, o que é o poder e o privilégio?
- De que forma é que o poder e o privilégio influenciam as vossas escolhas e as vossas vidas? E as de outras pessoas?

Introduzir o conceito de interseccionalidade, explicando que

A interseccionalidade é uma lente através da qual se pode ver onde o poder surge e colide, onde se bloqueia e se cruza. É o reconhecimento de que cada pessoa tem as suas próprias experiências únicas de discriminação e privilégio.

Colocam-se as Rodas do Privilégio de cada pessoa na parede (anónimas) para que fiquem visíveis. Ao olhar para elas, quem está a dinamizar a atividade pode fazer uma análise global do que se vê, questionando o grupo sobre diferenças e semelhanças entre cada uma das rodas.



AValiação

Desenha-se no chão um alvo gigante (com giz ou com um fio/trapilho). Explica-se às pessoas participantes que lhes vão ser colocadas perguntas de avaliação da atividade e que devem responder, deslocando-se no alvo. A maior aproximação ao centro indica mais satisfação.

AS INTERDEPENDÊNCIAS GLOBAIS - DO QUE FALAMOS?



TEMPO ESTIMADO

Esta atividade tem um tempo estimado de 60 minutos.



OBJETIVOS

- Identificar e reconhecer fenómenos de Interdependências Globais.
- Promover uma reflexão crítica sobre os conceitos local-global.
- Conhecer o processo de produção de um telemóvel, explicando as implicações ambientais e sociais que isso implica.



MATERIAIS

- Mapa “A viagem do teu telemóvel”
- Apresentação Interdependências Globais
- Folhas
- Marcadores ou Canetas



DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

Divide-se o grupo em pequenos grupos de trabalho. Depois, entrega-se a cada grupo o mapa “A viagem do teu telemóvel” que explica o ciclo de vida de um telemóvel desde a extração da matéria prima necessária à sua produção até ao seu fim de vida.

Pede-se aos grupos que analisem o mapa, identificando as várias consequências sociais, ambientais, económicas e humanas deste processo. Em seguida, partilham as suas conclusões com o grupo, promovendo-se uma discussão. Para facilitar, quem dinamiza pode ir lançando as seguintes questões:

- Conhecias os impactos associados ao processo de vida de um telemóvel?
- Quantos telemóveis já tiveste? Porque trocaste de telemóvel?
- Conhecias o processo de vida de um telemóvel? Estavas consciente dos diferentes passos que existem para fabricar um telemóvel?
- Como te sentes ao conhecer esses impactos?
- Acreditas que o preço dos telemóveis reflete os custos de todo este processo?

Para melhor compreender este processo, apresenta-se a apresentação “Interdependências Globais”.

Por fim, pode clarificar-se o que são as Interdependências Globais:

Reconhecem que todas as pessoas, comunidades e ecossistemas do planeta estão ligados por redes económicas, culturais, políticas e ecológicas. Estas interdependências podem ser usadas para solidariedade e justiça, mas também para exploração e dependência desigual.

Por exemplo, a produção de tecnologia digital depende da extração de minerais em países africanos e do trabalho em fábricas asiáticas — realidades que revelam relações de poder globais.



AVALIAÇÃO

Quem dinamiza deve desenhar três montanhas no quadro ou numa folha *flipchart*, afixada.

Na base da montanha pode colocar um escalador triste ou um símbolo que represente essa ideia, a meio um escalador medianamente satisfeito ou o símbolo e no topo um escalador feliz ou o símbolo. Cada montanha deverá ter escrito na base um item que se pretende avaliar: pode ser por ex. “conteúdos”, “relacionamento entre participantes” ou “duração”.

Pede-se às/aos participantes para refletirem sobre a sessão e para assinalarem em cada montanha o seu grau de satisfação relativamente aos itens considerados, colocando uma marca com uma caneta ou marcador no sítio que corresponde ao modo como se sentem: em baixo, a meio ou no topo.

TRIBUNAL DAS OPINIÕES



TEMPO ESTIMADO

60 minutos



OBJETIVOS

- Promover a reflexão em torno da Igualdade de Género, Pobreza e Desigualdades e Comércio Justo.
- Promover o debate entre as e os participantes.



MATERIAIS

- Fio ou giz
- Afirmações



DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

Começa-se por marcar no chão uma linha reta (com giz ou um fio comprido) e pede-se às pessoas participantes que se levantem e se posicionem junto da linha desenhada.

Em seguida, explica-se ao grupo que vão ser lidas algumas afirmações e que quem está a participar deve colocar-se ou à esquerda da linha (concordo) ou à direita (não concordo), consoante concordem ou não com as afirmações lidas.

As afirmações são as seguintes:

- Entre marido e mulher não se mete a colher.
- Um homem não chora.
- Numa relação, as decisões importantes devem ser tomadas pelas duas pessoas de forma igual.
- Rapazes e raparigas devem ter a mesma liberdade numa relação.
- Gritar ou humilhar a outra pessoa nunca é uma forma aceitável de resolver conflitos.
- As tarefas domésticas devem ser divididas igualmente entre homens e mulheres.
- Uma rapariga pode vestir-se como quiser sem ser julgada.
- Um rapaz pode gostar de atividades consideradas “femininas” sem ser criticado.
- Tanto homens como mulheres podem ser líderes e cuidar da família.
- O consentimento e o respeito devem existir em qualquer relação.
- As piadas machistas ou sexistas contribuem para a desigualdade.
- A igualdade de género beneficia toda a sociedade, não apenas as mulheres.
- Nenhum género é “melhor” ou “mais forte” do que o outro.
- A riqueza de alguns países pode estar ligada à exploração de outros, no passado e no presente. A pobreza não é natural — é criada por pessoas e pode ser combatida.

Esta atividade, se possível, pode ser feita no exterior.

- A pobreza é natural e a riqueza é criada pelas pessoas através do trabalho e das suas capacidades. Os países mais pobres podem aprender com os mais ricos.
- Ter muito dinheiro não significa ter bem-estar ou felicidade. Há outras formas de “pobreza”, como falta de sentido, ligação ou respeito pelo ambiente.
- A desigualdade sempre existirá porque as pessoas são competitivas e tendem a colocar os seus interesses em primeiro lugar.
- Os países ricos sabem que têm vantagens, mas mudar o sistema pode significar perder essas vantagens — por isso, ajudam, mas não mudam as regras.
- Todos os dias usamos produtos que vêm de vários países do mundo. Muitos deles viajam milhares de quilómetros até chegarem até nós e isso tem impactos negativos.
- Hoje em dia, as grandes multinacionais têm muito poder e conseguem influenciar as regras do comércio mundial e os preços dos produtos.
- O Comércio Justo é uma forma de produzir e vender produtos pensando no bem-estar das pessoas.
- É possível ganhar dinheiro respeitando os trabalhadores e o ambiente.
- Um preço justo deve pagar todos os custos de produção e permitir que os produtores tenham uma vida digna, com dinheiro também para educação, saúde, casa e cultura.

Algumas destas afirmações, especificamente as que se relacionam com Pobreza e Desigualdades, foram adaptadas a partir dos textos originais presentes no Anexo VI. Quem dinamiza, pode consultá-las para aprofundar conhecimentos.

À medida que o grupo se vai posicionando consoante as afirmações que vão sendo lidas, a pessoa que dinamiza pode ir questionando os posicionamentos e/ou anotando alguma partilha e/ou comentário interessante.

Depois de se realizar o exercício, colocam-se algumas questões às e aos participantes:

- Sentiram dificuldades em partilhar as vossas opiniões?
- Como se sentiram ao escutar opiniões contrárias às vossas?
- Mudaram a vossa opinião em relação a algum tema?
- Houve alguma afirmação que vos surpreendeu?



AVALIAÇÃO

Numa breve conversa, a pessoa educadora coloca as seguintes questões à turma:

1. Como se sentiram nesta atividade?
2. O que aconteceu nesta atividade?
3. O que mudariam nesta atividade?

OS SEIS ERRES



TEMPO ESTIMADO

Esta atividade tem um tempo estimado de 60 minutos.



OBJETIVOS

- Descobrir a ligação entre as alterações climáticas, os modelos económicos e a justiça social.
- Tomar consciência das consequências socioambientais dos atuais modelos de consumo e produção.
- Visibilizar e criar formas alternativas de nos relacionarmos com a natureza.
- Promover a responsabilidade e o compromisso com o meio ambiente.



MATERIAIS

- Anexo VII - textos
- Silhueta de árvore desenhada num grande mural
- Tintas
- Pincéis
- Materiais reciclados



DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

Começamos a atividade organizando as e os estudantes em seis grupos e entregamos a cada um deles os textos do Anexo VII. Estes textos deverão estar colados num cartão ou papel grande, com espaço para que cada grupo anote as suas reflexões sobre as seguintes perguntas:

- Que ideias e emoções o texto vos desperta?
- Quais são as características do modelo de relação entre as pessoas e o planeta?
- É uma relação de domínio ou de cuidado?
- Que alternativas sugerem para o que o texto relata?

Cada grupo dispõe de cinco minutos para ler cada texto, refletir e anotar as suas ideias, antes de passar para o seguinte. Repetimos a dinâmica até que os seis grupos tenham lido os seis textos e anotado as suas reflexões. Cada grupo pegará numa delas e partilhará em assembleia a reflexão anotada no último texto que leu.

Continuando com os mesmos grupos, vão agora, refletir sobre o modelo dos seis Rs:

- **Reduzir** o consumo energético, de produtos embalados, etc.
- **Reutilizar** e, antes de deitar fora um objeto, pensar se tem alguma outra utilidade.
- **Reciclar** embalagens, roupa, papel, etc.
- **Repensar** o nosso modelo de vida, os nossos hábitos, as nossas necessidades, etc. Avaliar se realmente precisamos do que adquirimos, se o compramos por moda ou por uma imposição que nos satisfaz no momento, mas que realmente não nos faz felizes.

- **Reestruturar** e evitar a produção de bens superficiais. Existem grupos de consumo que promovem a compra de produtos ecológicos e locais, cooperativas, grupos de intercâmbio de tempo onde se trocam serviços e habilidades em vez de dinheiro, etc.
- **Redistribuir** equitativamente os recursos do planeta, pois são suficientes se forem bem distribuídos.

Pede-se que apresentem todos os exemplos que lhes ocorrerem para cada um dos seis erros. Ou seja, exemplos concretos de ações que podem realizar para reduzir, reutilizar, etc.

Para finalizar a sessão, desenha-se a silhueta de uma árvore num grande mural. O grupo desenhará silhuetas da letra R com tintas e materiais reciclados (cartões, jornais, etc.) e decidirá o estilo com que a fará, tentando personalizá-la.

Cada uma representará um dos R do modelo trabalhado durante a atividade. No verso, escreverão uma ação que se comprometem a fazer como grupo para promover o R que representa. Ao terminar, todas serão penduradas na árvore, simbolizando os frutos do que aprenderam.

Estabelecerão um cronograma para realizar as ações e definirão datas em que avaliarão coletivamente como está a correr a implementação.



AVALIAÇÃO

1. Num papel grande, escrevem-se as seguintes frases: “Que bom...”, “Que pena...” e “Que tal se...”
2. Pede-se às e aos estudantes que avaliem a sessão, respondendo a cada uma das frases: “Que bom...” (algo que correu bem e/ou de que gostaram; algo que aprenderam; qualquer coisa positiva); “Que pena...” (algo que poderia ter corrido melhor e/ou de que não gostaram tanto); e “Que tal se...” (alguma sugestão, ideia nova, proposta de melhoria, etc...).

ARTIVISMO



TEMPO ESTIMADO

Esta atividade tem um tempo estimado de 60 minutos iniciais. No entanto, o restante da atividade não tem um tempo específico estimado uma vez que se propõe a criação de um objeto artístico. Dependerá do que as/os estudantes decidirem fazer.



OBJETIVOS

- Conhecer o que é o ativismo e a sua função.
- Conhecer alguns exemplos de artistas portuguesas/es e estrangeiras/os que utilizam o ativismo como forma de crítica social.
- Criar uma campanha de ativismo como uma das formas possíveis de defender e promover a Justiça Social.



MATERIAIS

- Anexo VIII - exemplos de artistas



DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

Iniciamos esta atividade por descobrir o significado da palavra ativismo, tentando descobri-lo pela junção das palavras arte e ativismo.

O ativismo é a junção da arte com o ativismo. As/os artistas utilizam as suas criações para consciencializar, provocar reflexão e impulsionar mudanças em questões sociais, políticas ou ambientais. É uma forma de expressão que transcende os limites convencionais da arte e que procura impactar diretamente a sociedade. O ativismo abrange diversas formas de manifestação, incluindo pintura, escultura, música, desenho, desenho digital, teatro, cinema, dança e performance.

Seguidamente, partilham-se algumas pessoas artistas que têm utilizado o ativismo como forma de expressão. Sugerimos os seguintes exemplos: Banksy, Ai Weiwei, Bordalo II, Marta Nunes e Capicua. No Anexo VIII, podem ser encontradas algumas propostas de obras destas e destes artistas que se podem dar a conhecer às e aos estudantes.

Depois, desafia-se o grupo a criar a sua própria campanha de ativismo sobre problemáticas e questões relacionadas com a Justiça Social que tem vindo a ser trabalhada ao longo dos últimos meses, nas diversas sessões deste recurso. Este trabalho poderá ser feito individualmente, em pequenos grupos ou a nível de turma.

AVALIAÇÃO

Como foi pensar e criar uma campanha de ativismo sobre Justiça Social? O que mais gostei? Que desafios surgiram? O que aprendi no caminho?



DESCOBRE MAIS SOBRE...

- O Museu do Banksy
- Ai Weiwei
- Bordalo II
- Marta Nunes
- Capicua
- Maurizio Cattelan

ANEXOS

Anexo I: Um Olhar Sobre o Mundo - mapas locais e globais

Anexo II: Desigualdades e Privilégios - um passo em frente

Anexo III: Desigualdades e Privilégios - afirmações / situações

Anexo IV: Desigualdades e privilégios - avaliação

Anexo V : Desigualdades e Privilégios - a roda do privilégio

Anexo VI: Textos originais de Vanessa Andreotti

Anexo VII: Os Seis Erres - textos

Anexo VIII: Ativismo - Exemplos de Artistas

ANEXO I: UM OLHAR SOBRE O MUNDO - MAPAS LOCAIS E GLOBAIS



Mapa de Portugal



Mapa do distrito do Porto



Mapa da Europa



Mapa Mundo

ANEXO II: DESIGUALDADES E PRIVILÉGIOS - UM PASSO EM FRENTE

Vives com a tua família no centro de Lisboa. Estudaste numa universidade nos EUA e, atualmente, trabalhas remotamente para uma multinacional americana. Pagas 3000€ de renda por mês, mas como tu e a tua esposa ganham, no total, 9000€, é mais do que suficiente. As tuas duas filhas estudam num colégio internacional. A tua família fala muito bem Inglês e têm uma empregada doméstica.

És uma mulher negra, com 3 crianças menores a teu cargo. Trabalhas no Porto, como empregada doméstica e ainda fazes limpezas num escritório. Os teus dois salários não chegam para pagares uma renda e, por isso, construístes a tua própria casa, num bairro de autoconstrução que está em risco de ser demolido. As tuas filhas estudam na escola pública.

És uma mulher de meia idade, com uma doença crónica, e precisas de cuidados médicos específicos. Trabalhas num supermercado e ganhas o ordenado mínimo. Mensalmente, tens que fazer escolhas relativamente aos medicamentos que poderás comprar naquele mês porque o dinheiro não é suficiente para toda a medicação mensal de que necessitas.

És um jovem negro, gay e com HIV-Sida. Vives na rua, na capital de um país europeu. Para obteres algum dinheiro, recorres à prostituição o que te coloca em situações bastante vulneráveis e de violência.

És uma mulher que vive numa aldeia remota, num país africano afetado por um conflito armado que dura há décadas. És analfabeta. Tens cinco crianças menores e sofres de violência doméstica do teu marido alcoólico.

Fugiste do teu país com 18 anos devido à seca extrema que devastou a produção agrícola na tua aldeia. Vives num campo de refugiados, num país africano.

Estudaste medicina dentária e tens o teu próprio consultório privado onde dás consultas. Ganhas bastante bem o que te permite ter uma casa confortável e um bom carro.

És um ex-diplomata, com uma carreira de sucesso na política. Neste momento, estás a candidatar-te à presidência da república do teu país.

És a filha do gerente de um banco. Vives no centro da cidade e estudas Economia na melhor universidade privada. Recebes uma mesada de 300 euros por mês.

És uma criança soldado, num país africano em guerra há décadas. Foste raptado da tua aldeia por uma milícia armada e, desde então, nunca mais viste a tua família.

És uma jovem imigrante com graves problemas de saúde mental. Precisas de um acompanhamento psiquiátrico regular, mas estás desempregada e não tens dinheiro suficiente para pagar as consultas.

Trabalhas todos os dias da semana numa plantação de cacau na Costa do Marfim. A multinacional belga, dona dessa plantação, apesar dos seus enormes lucros anuais, há meses que não te paga o salário e tu e a tua família vivem no limiar da pobreza.

És uma jovem lésbica, advogada, e trabalhas nos recursos humanos de uma empresa. Apesar de todas as tuas qualificações e experiência, tens um salário mais baixo que o teu colega Pedro que faz o mesmo trabalho que tu e tem as mesmas responsabilidades.

És um gestor de uma multinacional e a tua companheira trabalha noutra grande empresa do ramo farmacêutico. Têm cinco filhos e filhas e uma babysitter para vos ajudar com as crianças. Todas as sextas-feiras, jantam fora com o vosso grupo de amigas e amigos.

Foste obrigado a sair do teu país devido às alterações climáticas. Atravessaste o deserto e tiveste que pagar muito dinheiro a um traficante para chegares à Europa. Vives num centro de acolhimento temporário, na periferia da cidade, onde aguardas pelos teus papéis. Não tens emprego.

És um trabalhador reformado de uma fábrica de sapatos. Vives com a tua esposa, também reformada, num pequeno apartamento alugado, mas correm o risco de despejo porque já têm três rendas em atraso.

És uma jovem cigana, que vive numa pequena cidade, do distrito do Porto. A tua família é feirante e, apesar de sempre terem trabalhado, a vossa situação financeira é precária. Estudaste e tiraste um curso e estás à procura de emprego.

És uma adolescente que acaba de casar com um homem 20 anos mais velho. Nunca foste à escola. Todos os dias, levantas-te muito cedo para ires buscar água e cozinhar para os teus irmãos.

És cientista e estás a trabalhar num projeto de investigação, num laboratório, e tens uma vida relativamente confortável. Na tua casa existem muitos livros.

Tens um visto especial, dado a pessoas com muito dinheiro, que te permite estar, legalmente, no país. Vives no centro da cidade histórica, num palacete do século XIX, e tens um motorista para te levar onde quiseres. Todos os anos, vais com a tua família para os Alpes esquiar. Podes pagar um colégio privado aos teus filhos, a equitação, o surf e o golfe.

Nascestes e crescestes numa pequena aldeia do interior, nas montanhas. Vives com medo porque há muita violência associada aos cartéis da droga.

És um jovem portador de deficiência que necessita de uma cadeira de rodas para se movimentar. Jogas basquete numa equipa paralímpica.

És uma jovem ativista de uma comunidade indígena da América do Sul. Tens lutado pela defesa da tua terra, contra uma empresa europeia que pretende privatizá-la para explorar lítio.

Vives num dos países mais pobres do mundo. O pouco dinheiro que ganhas no mercado, só dá para fazeres uma refeição diária.

És filha de uma professora e de um professor. Estás a terminar o 12º ano, numa escola pública. A tua mãe e o teu pai conseguem pagar-te a explicação de matemática e irás para a universidade no próximo ano letivo.

És um jovem bissexual e estás a estudar moda e design. Na escola, por vezes, sentes-te posto de parte pelos teus pares devido à tua orientação sexual.

És a namorada de um jovem artista bem sucedido, mas dependente de heroína. A vossa situação financeira é instável porque ele tende a gastar todo o dinheiro na droga. Têm algumas dívidas ainda por pagar.

Tens um part-time numa pequena peixaria no bairro onde vives e és cuidadora informal da tua filha que tem uma deficiência profunda e necessita de cuidados constantes. O apoio que recibes do estado, mensalmente, não chega para todas as despesas.

És um jovem filho de um jogador de futebol muito famoso e começaste a jogar num bom clube nacional. Ainda estás a estudar. Tens mais 1 irmão e 2 irmãs.

Estudas Direito numa universidade pública e trabalhas numa livraria, em regime *part-time*, para te ajudar a pagar as propinas. Estás a tirar a carta de condução e gostas de sair com as tuas amigas e ir a eventos culturais.

ANEXO III: DESIGUALDADES E PRIVILÉGIOS - AFIRMAÇÕES / SITUAÇÕES

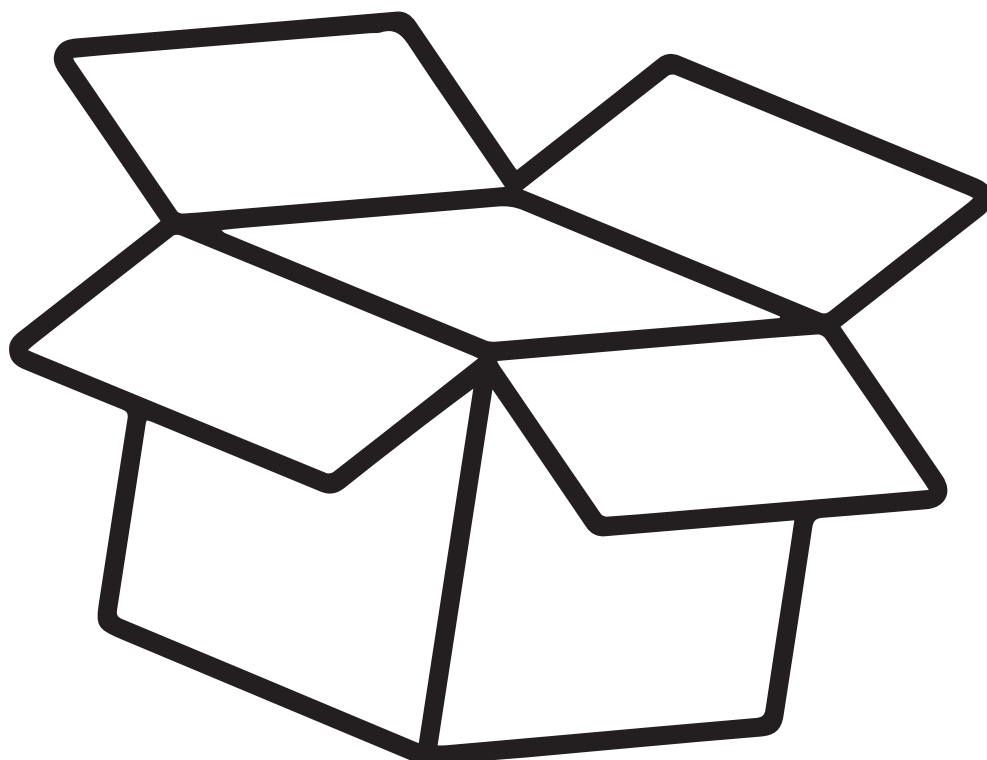
1. Nunca tiveste sérias dificuldades financeiras.
2. Tens uma boa casa, com todas as comodidades, com internet, telefone e televisão.
3. Sentes que a tua língua, religião e cultura são respeitadas na sociedade onde vives.
4. Sentes que as tuas opiniões sobre as questões políticas e sociais são respeitadas, e que os teus pontos de vista são ouvidos.
5. Há pessoas que te consultam sobre diferentes assuntos.
6. Não tens medo de ser mandado ou mandada parar pela polícia.
7. Sabes a quem te deves dirigir se precisares de um conselho ou de ajuda.
8. Nunca te sentiste discriminado ou discriminada por causa das tuas origens.
9. Beneficias de proteção médica e social adequadas às tuas necessidades.
10. Podes ir de férias uma vez por ano.
11. Podes convidar os teus amigos e as tuas amigas para irem jantar lá em casa.
12. Tens uma vida interessante e estás confiante em relação ao teu futuro.
13. Sentes que podes estudar e seguir a profissão que escolheres.
14. Não tens medo de ser atacada ou atacado nas ruas, ou pelos media ou pela polícia.
15. Podes votar nas eleições nacionais e locais.
16. Podes festejar as datas religiosas mais importantes com a tua família e os teus amigos e as tuas amigas.
17. Podes participar num seminário internacional no estrangeiro.
18. Podes ir ao cinema ou ao teatro pelo menos uma vez por semana.
19. Não tens receio do futuro dos teus filhos e das tuas filhas.
20. Podes comprar roupas novas, pelo menos, de três em três meses.
21. Podes apaixonar-te pela pessoa que escolheres.
22. Sentes que as tuas competências são apreciadas e respeitadas na sociedade onde vives.
23. Podes usar e beneficiar das vantagens da internet.
24. Não tens medo das consequências das alterações climáticas.
25. Não tens medo de ser atacada e/ou discriminada pela tua orientação sexual.
26. Falas a língua do país que te acolheu.
27. Consegues, facilmente, pagar a renda da tua casa.
28. Tens carro próprio.
29. Tens dinheiro suficiente para te alimentares de forma saudável.
30. Tens tempo para estares com a tua família, para cuidares de ti, ou para o lazer.

ANEXO IV: DESIGUALDADES E PRIVILÉGIOS - AVALIAÇÃO

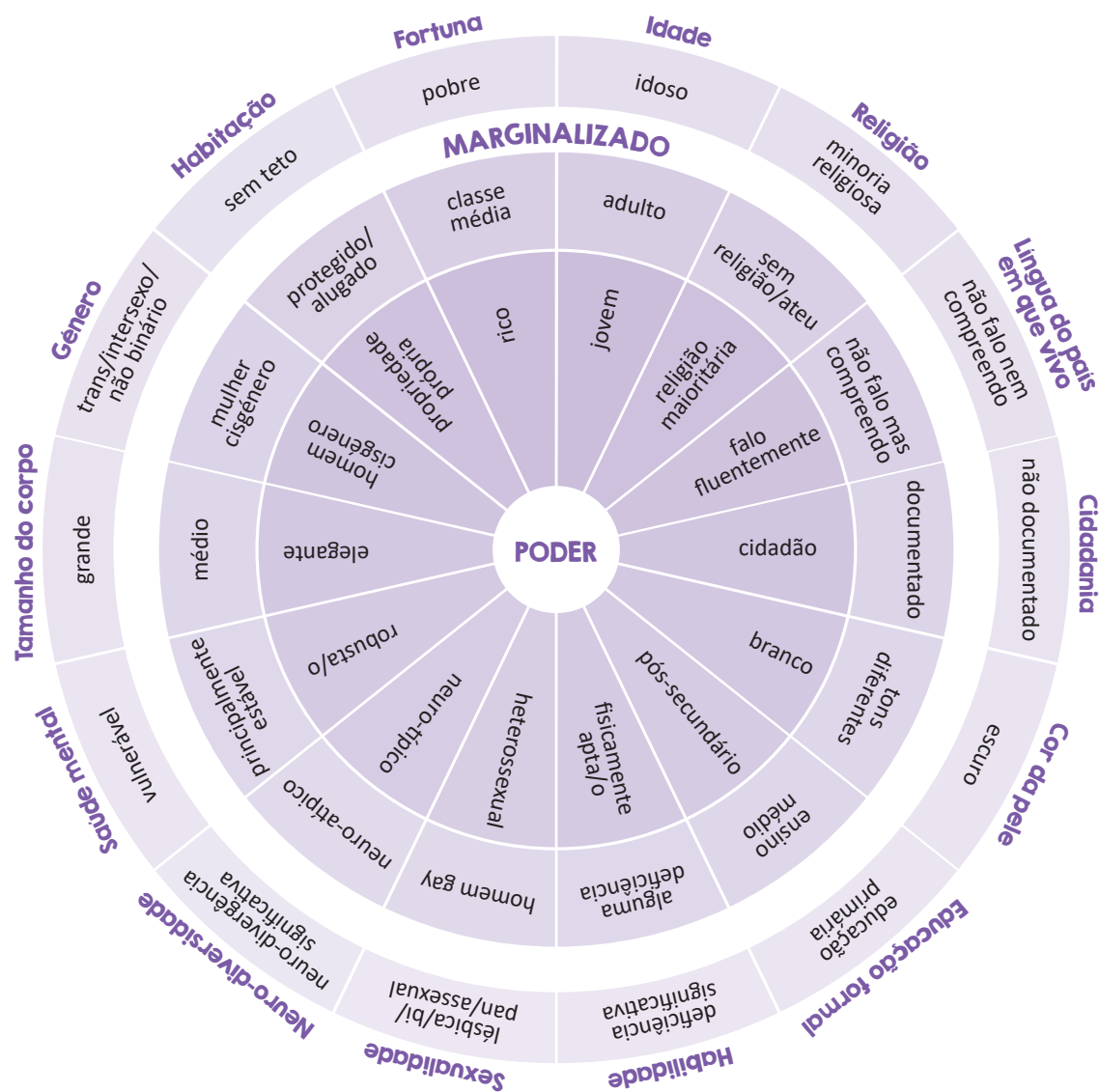
**ALGO QUE GOSTEI NESTA SESSÃO
E QUE QUERO LEVAR COMIGO**



**ALGO QUE NÃO GOSTEI NESTA SESSÃO
OU UMA SUGESTÃO QUE QUERO DEIXAR**



ANEXO V : DESIGUALDADES E PRIVILÉGIOS - A RODA DO PRIVILÉGIO



ANEXO VI: TEXTOS ORIGINAIS DE VANESSA ANDREOTTI*

A ligação entre a geração da pobreza e a geração da riqueza é frequentemente esquecida. A exploração – tanto no passado como no presente – é a raiz central da pobreza. O privilégio de que o chamado «primeiro mundo» desfruta hoje não vem de uma mente ou cultura superior, mas da sua capacidade de explorar e intimidar através da colonização, militarização, regras comerciais injustas e uma boa parceria com as elites dos países do «Terceiro Mundo».

Tal como a escravatura e o apartheid, a pobreza não é natural. É criada pelo homem e pode ser superada e erradicada pelas ações dos seres humanos. E superar a pobreza não é um gesto de caridade. É um ato de justiça. É a proteção de um direito humano fundamental, o direito à dignidade e a uma vida decente. Enquanto a pobreza persistir, não haverá verdadeira liberdade.*

A pobreza é natural. Quando os bebés nascem, eles não têm nada. A natureza dá-nos uma mente para pensar e um corpo para trabalhar. Se usarmos ambos com sabedoria, o resultado será a riqueza. A riqueza é o que acontece quando as pessoas pensam e trabalham arduamente. As pessoas pegam nas coisas que encontram na terra, coisas que não têm nenhum valor inerente, e transformam-nas em recursos que podem usar para sustentar as suas vidas. As pessoas criam riqueza. Neste sentido, a riqueza, e não a pobreza, é criada pelo homem. A melhor maneira de as nações pobres se tornarem ricas é ver como as nações ricas se tornaram ricas.*

Dizem que somos pobres porque temos pouco dinheiro e nenhum desenvolvimento. Bem, visitei as terras deles e vi as estradas, as casas, os computadores, os aviões e a forma como educam os seus filhos, mas não vi como essas coisas os aproximavam uns dos outros. Vi muito desperdício e desrespeito pelas florestas e rios, e pelas gerações que virão. Vi que mesmo aqueles que têm muito podem estar deprimidos e sem esperança. Eles só parecem felizes quando estão a beber, a comer ou a comprar. Vivem para competir. Mandam os mais velhos embora e ensinam aos filhos que só serão úteis se conseguirem ganhar dinheiro quando crescerem. Alguns estão a destruir-se a si próprios e aos outros, por sua falta de esperança, amor e orientação. São pessoas muito pobres. Os nossos problemas não são nada em comparação com os deles.

A pobreza e a exploração sempre existirão, porque a natureza humana é egoísta. Somos competidores naturais, como os outros animais, e apenas os mais aptos sobreviverão. Se as pessoas puderem escolher entre o que consideram bom para si mesmas ou para suas famílias e o que parece bom para outras pessoas — ou mesmo para todos —, todas escolherão proteger os seus interesses. Afinal, outras pessoas não fariam uma escolha que as favorecesse de qualquer maneira.

Para ser sincero, sei que temos mais do que a nossa quota-parte e que isso é mantido às custas do seu povo. Mas este é o jogo económico e, embora estejamos à frente no jogo, não podemos mudar as regras sem colocar a nossa própria vantagem em risco — o que criaria muitos problemas no nosso país. Lamento, mas a única coisa que podemos fazer é aliviar o vosso problema, mas não podemos resolvê-lo, pois isso comprometeria o nosso privilégio.

*Retirado do recurso “Critical Literacy in Global Citizenship Education”. A autoria destas perspetivas foi estrategicamente omitida, mas, colocando os textos no Google é possível encontrá-las.

ANEXO VII: OS SEIS ERRES - TEXTOS

Consumo sustentável

O consumo e a produção sustentáveis consistem em promover a utilização eficiente dos recursos, a eficiência energética e as infraestruturas sustentáveis, bem como em facilitar o acesso a serviços básicos, a empregos ecológicos e dignos e a uma melhor qualidade de vida para todas as pessoas.

Desperdício de alimentos

Estima-se que, a cada ano, cerca de um terço dos alimentos produzidos — o equivalente a 1,3 mil milhões de toneladas, avaliados em aproximadamente um bilião de dólares — acabam a apodrecer nos caixotes do lixo dos consumidores e retalhistas, ou estragam-se devido a métodos deficientes de transporte e recolha.

As alterações climáticas, a poluição oceânica e atmosférica, o risco nuclear e o da manipulação genética, a redução e a extinção dos recursos e da biodiversidade são exemplos das diversas formas de impacto no ambiente.

Consumo energético

Se a população mundial começasse a usar lâmpadas economizadoras, economizaria 120 mil milhões de dólares por ano em todo o mundo. Se a população mundial chegasse a 9,6 mil milhões em 2050, seriam necessários quase três planetas para fornecer os recursos naturais necessários para manter os modos de vida atuais.

Água

A humanidade está a contaminar a água mais rapidamente do que a natureza consegue reciclá-la e purificá-la nos rios e lagos. Mais de mil milhões de pessoas ainda não têm acesso a água potável. O uso excessivo de água contribui para o stress hídrico global.

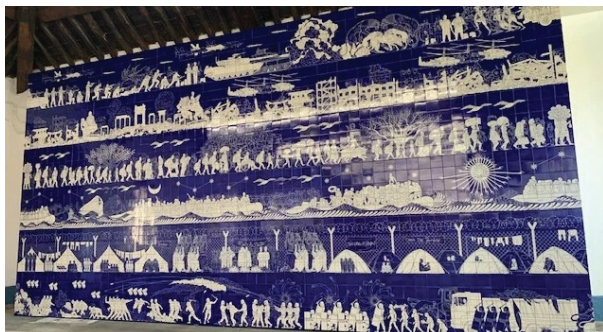
Energia

Apesar dos avanços tecnológicos que promoveram melhorias na eficiência energética, o uso de energia nos países da OCDE cresceu mais 35% em 2020. O uso comercial e residencial de energia é o segundo setor que mais cresce no consumo mundial de energia, depois do transporte. As residências consomem 29% da energia mundial e, consequentemente, contribuem com 21% das emissões de CO2 resultantes.

Comida

Enquanto três milhões de toneladas de alimentos são desperdiçadas todos os anos, quase mil milhões de pessoas no mundo sofrem de desnutrição e outros mil milhões passam fome. O consumo excessivo de alimentos é prejudicial à saúde e ao ambiente.

ANEXO VIII: ARTIVISMO - EXEMPLOS DE ARTISTAS



Ai Weiwei



Stop and search, Cisjordânia, Palestina, 2007, Banksy



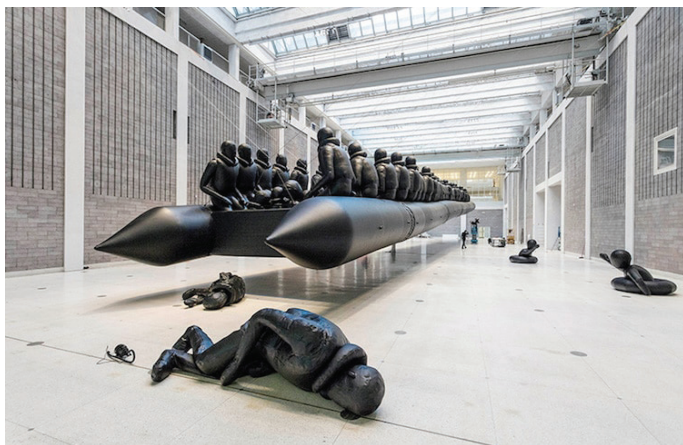
Mulheres do meu país, Marta Nunes



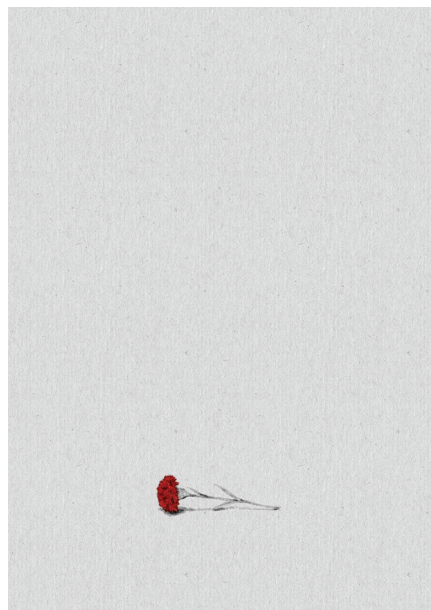
Direito à habitação é tipo jogo, 2025, Bordalo II



Desalojamento local, Lisboa, Bordalo II



Law of the Journey, Ai Weiwei



Poesia é para comer, Marta Nunes



Mural no Royal Court of Justice, Londres, 2025, Banksy



Lisboa vende-se, 2025, Bordalo II

Promovido por:



Em parceria com:



Co-financiado por:

